

Intervenção de Joaquim Pagarete (SPGL, sector dos Aposentados), delegado nº 479

Bom dia caras e caros colegas,

A alteração da correlação de forças, materializada no novo quadro parlamentar, já levou à reposição de um conjunto de direitos que, não sendo pouca coisa, constituem apenas uma pequena parte do muito que foi retirado à Escola Pública nos últimos 4 anos de governo PSD-CDS.

O Plano de Acção que o nosso Congresso acabou de aprovar elenca um conjunto de medidas para concretizar a reposição do que foi retirado e reconstituir a Escola Pública, desmantelada e desfigurada.

A resposta positiva às medidas deste Plano exige um financiamento que não está contido no Orçamento do Estado para 2016, nem é previsível que venha a estar no dos próximos anos, se eles obedecerem às Directivas das instituições da União Europeia e do FMI.

Notemos que o Governo anunciou que, só no final da actual legislatura, será feito o descongelamento dos escalões e que, até lá, o número de professores e educadores vai ser reduzido – uma vez que continuará a só entrar um por cada dois que se aposentarem.

Este é o programa que o Governo espera que a União Europeia aceite. União Europeia que, em conjunto com o FMI, não pára de fazer pressão e chantagem sobre o nosso país, dizendo que ainda é pouco, elogiando a política de austeridade do Governo anterior e atacando os passos positivos que o novo Governo deu contra essa política, nomeadamente na reposição dos salários e das pensões.

Tem razão Arménio Carlos, o Secretário-geral da CGTP, quando afirma que o Governo está prisioneiro, e que para se avançar numa mudança positiva é preciso romper as grades dessa prisão.

Os trabalhadores e as populações, que acabaram com o ferrete da maioria PSD/CDS, têm capacidade para impor a ruptura dessas grades.

Este é o sentido do aditamento à Proposta A de Plano de Acção a sair deste Congresso (Adenda 4.4), que resultou de uma iniciativa da Comissão de Aposentados do SPGL, foi aceite pelo Secretariado Nacional e diz nomeadamente:

“O povo e as instituições democráticas têm a legitimidade e terão a força para derrotar as imposições dessas instituições internacionais e para definir um caminho que retome o que Abril abriu.”

A FENPROF – certamente em conjunto com a CGTP-IN e com muitas outras organizações políticas e sindicais – estará empenhada nessa luta. A maioria dos deputados da Assembleia da República (PS, BE, PCP, PEV), principal sede da soberania nacional, deve contribuir para que o Governo faça as opções e aplique as medidas necessárias ao desenvolvimento do país, contrariando ingerências externas e respeitando o sentido profundo da mudança ditada pelas eleições de 4 de Outubro.”

Divulgando esta tomada de posição, de forma clara e firme, seremos seguramente ouvidos pela grande massa dos professores e educadores e criaremos o terreno para uma acção conjunta de todo o movimento sindical dos docentes (tal com conseguimos fazer em Junho/Julho de 2013). Considero que ela deve ser sublinhada no conjunto do Programa de Acção, porque é da resolução deste problema político central que decorre toda a política necessária à manutenção e reforço da Escola Pública.